

The background of the cover features a collage of ancient art. On the left, there are large, weathered stone reliefs, including a prominent one of a bearded man in a long, pleated tunic. On the right, there is a classical painting depicting two figures in a landscape; one figure is seated and the other stands, possibly in a scene of teaching or dialogue. The overall color palette is monochromatic, using shades of grey and white.

De Ulisses a Viriato

O primeiro milénio a.C.



O povoamento no Bronze Final e na Idade do Ferro na região de Lisboa

João Luís Cardoso

O Bronze Final

A região de Lisboa, mercê de condições naturais propícias - excelentes solos agrícolas, boa exposição solar, relevos regulares e suaves, proximidade do estuário do Tejo - constituiu desde sempre uma importante fonte de recursos e excelente via de circulação de pessoas e de bens. Possuía, com efeito, disponibilidade de água no subsolo, facilmente captável, bem como uma importante rede hidrográfica, propícia à agricultura e à penetração no interior deste bem delimitado território, cuja proximidade oceânica o tornaria ainda mais favorável a contactos transregionais. Reunia, assim, as condições necessárias para que, no decurso do Bronze Final, fosse ocupada de forma dispersa, mas densa, por comunidades economicamente prósperas e socialmente a caminho de uma crescente complexificação.

As condições aludidas explicam uma das actividades primordiais que caracterizaram a economia de tais populações. Trata-se de uma agricultura intensiva e extensiva, especialmente praticada nos solos basálticos que se desenvolvem em arco de círculo, em torno da capital, de Oeiras a Loures. Assim se compreendem os numerosos pequenos povoados, ou "casais agrícolas" (Marques & Andrade, 1974), sem quaisquer condições naturais de defesa, dispersos por encostas suaves e frequentemente próximos de pequenos córregos, onde a vida decorreria pacificamente, ao longo de todo o ano. A grande abundância de lascas de bordo serrilhado, de sílex, utilizadas como elementos de foice, encastoadas em suportes de madeira, mostra bem o pendor agrícola de tais comunidades, sobretudo dedicadas à produção cerealífera, complementada pela criação de gado bovino, ovino e suíno, por esta ordem de importância, segundo os resultados obtidos no único sítio até ao presente suficientemente investigado: o povoado da Tapada da Ajuda (Cardoso [et al.], 1980/81; 1986; Cardoso, 1987, 1990, 1994a, e c, 1995a; b; Cardoso e Carreira, 1993). A filiação cultural da respectiva comunidade em fase anterior ao *terminus* do Bronze Final encontra-se seguramente comprovada, não só pela total ausência da

característica cerâmica de ornatos brunidos, não obstante os largos milhares de fragmentos compulsados, como também pelos resultados das cinco análises de radiocarbono efectuadas: aplicando a função densidade de probabilidade resultante da combinação das cinco datas, podemos situar a referida ocupação no século XIII a.C., ou na segunda metade do anterior (informação do Eng. A. Monge Soares, que agradecemos). A ocupação do espaço habitado, na suave encosta onde se implantou o povoado, caracterizava-se por pequenas unidades de carácter unifamiliar, pouco afastadas entre si. A única totalmente escavada, correspondia a uma cabana de planta oval, cujo embasamento era constituído por uma dupla fiada de blocos basálticos não aparelhados, com o comprimento máximo de cerca de 6 m. A abertura orientava-se para sul, dominando o estuário do Tejo; na zona adjacente, concentravam-se os detritos e lixos decorrentes da sua ocupação. Casas de planta oval distribuem-se, no Bronze Final, tanto no Norte como no Sul do País. No Norte, reconheceram-se exemplos na citânia de São Julião, Vila Verde (in Fabião, 1993), na Beira Alta, Monte de Santa Luzia e castelo de Beijós (Senna Martinez, 1994), e no castro de São Romão, Seia (Senna-Martinez, 1989, Fabião, 1993). No Sul, avultam as casas ovais do povoado de Neves II (Maia; MAIA, 1986). Pode concluir-se, desta forma, que se trata de modelo arquitectónico de larga distribuição geográfica, não sendo característico de nenhuma corrente ou fácies cultural específica.

O segundo elemento de carácter natural (o primeiro, como vimos, foram razões essencialmente geomorfológicas e pedológicas) que concorreu, decisivamente, para a afirmação e prosperidade da região de Lisboa no decurso do Bronze Final, corresponde à excelente posição geográfica da região. Comportando-se como verdadeira "placa giratória" (Kalb, 1980), articulando o Norte atlântico ao Sul mediterrâneo, e o interior ao litoral, à Estremadura, embora sem riquezas mineiras dignas de realce - se exceptuarmos, talvez, o ouro, explorado no curso inferior do Tejo - corresponderia papel de grande relevância, como região intermediária, no comércio trans-regional de bens e produtos, cujas mais-valias viriam acrescer os benefícios económicos decorrentes da intensa exploração agrícola. Assim se explica, logo em fase inicial do Bronze Final, a presença de peças metálicas sumptuárias, como a espada pistiliforme recolhida no Tejo, junto a Cacilhas (Gomes, 1992), a qual poderia corresponder a uma oferenda às divindades aquáticas, como outras, de idêntico carácter, reconhecidas em contextos do "Bronze Atlântico". Com a crescente afirmação do poder económico destas populações, tais peças passariam a ser manufacturadas localmente, a par de outras, de natureza mais utilitária, paradigmaticamente documentadas pelo molde de fundição de foices de Rocanes, Cacém (Fontes, 1916), recolhido à superfície, em local correspondente a um pequeno povoado ou "casal agrícola". O enriquecimento de tais comunidades, pela conjugação dos factores económicos expostos, teria sido acompanhado de crescente estratificação social, no decurso do Bronze Final, tal como se verifica, por outras evidências, em distintas áreas geográficas do nosso País. Prova disso são os povoados de altura que, de forma cada vez mais evidente, ocorrem à medida que se aproxima o fim do Bronze Final. Com efeito, é desses locais que provém a quase totalidade das cerâmicas com ornatos brunidos, de que são exemplos os povoados de Cabeço dos Moinhos, Mafra (Vicente; Andrade, 1971), Castelo dos Mouros, Sintra (Cardoso, em prep.) ou do Cabeço do Mouro, Cascais (Cardoso, em prep.), para citar apenas três exemplos de diferentes concelhos da região que nos interessa. Tais povoados de altura comportar-se-iam, pois, como sede de um poder armado, onde residiria a "elite",

encabeçada pela figura do Chefe, a partir dos quais se administrariam determinados territórios bem demarcados. Estes seriam povoados por laboriosa e pacífica população entregue às actividades agro-pastoris, das quais dependia a sua própria subsistência e o abastecimento dos povoados de altura. A partir destes, controlar-se-iam ainda as vias comerciais por onde circulavam produtos do comércio trans-regional, manufacturados ou não e de cujo controlo decorriam benefícios económicos evidentes. Podemos, pois, entrever, uma sociedade fortemente já hierarquizada (ao contrário do defendido por Wagner, 1995 para a região tartéssica), estabilizada e bem compartimentada no território, cujo sucesso teria dependido, por um lado, de uma sábia adaptação ao meio natural e da própria situação geográfica, explorando intensa e exaustivamente as suas potencialidades, e por outro da franca abertura a estímulos e impulsos culturais exógenos, viabilizados por relações comerciais entretanto estabelecidas.

A hierarquização social desta sociedade do Bronze Final encontra-se ilustrada por diversas evidências que importa valorizar. Uma delas, corresponde ao extraordinário monumento sepulcral da Roça do Casal do Meio, Sesimbra (Spindler [et al.], 1973/74), com evidentes analogias com as tholoi do Micénico II do final do II milénio (Gomes, 1995) e onde se recolheu um grande vaso com ornatos brunidos. Os dois personagens ali sepultados, eram ambos do sexo masculino, e de alto estatuto social, como documentam os objectos de prestígio, oriundos do comércio trans-regional e de cunho acentuadamente mediterrâneo que os acompanhavam, avultando entre eles um pente de marfim e uma fíbula de enrolamento no arco. A ausência de armas sugere a hipótese de se tratar de dois sacerdotes: a elite do Bronze Final teria, assim, uma vertente militar e outra de carácter religioso, ambas complementares na afirmação do poder.

Outra evidência da notável afirmação económica das elites do Bronze Final é fornecida pelo colar de Sintra. Trata-se de uma jóia aurífera, com o peso de 1260 g (Pereira, 1896), recolhida provavelmente em sepultura, na Quinta da Penha Verde, local de altura dominando vasta e fértil várzea adjacente. Esta peça, pelas suas características, pode situar-se no final do Bronze Final, ou na transição para a Idade do Ferro (Armbruster, 1995).

As condições de estabilidade, propícias à abertura a influxos externos, de há muito afirmados, e a evidente hierarquização social destas comunidades, sendo o poder político-militar emergente assumido por determinadas elites, constituíram factores determinantes para a rápida afirmação e difusão de produtos exógenos, oriundos do comércio fenício (Aubert-Semmler, 1990, p. 33).

A Idade do Ferro

No decurso da última década, tem vindo a afirmar-se a investigação de locais que receberam directamente produtos exógenos de origem fenícia, tenham ou não estes sido o resultado directo da presença de comerciantes semitas. A região de Lisboa, correspondente à embocadura do maior rio peninsular, desde sempre constituído como uma das mais importantes vias de circulação e de penetração para o interior, favorável ao escoamento das suas riquezas e produtos, reunia, naturalmente, as condições propícias para a fundação daquele tipo de estabelecimentos. Com efeito, os Fenícios aproveitaram numerosos estuários que penetram para o interior dos respectivos territórios, no litoral

meridional peninsular, constituindo o estuário do Tejo um paradigma de tal situação. Assim, na margem esquerda do estuário, reconheceu-se o importante estabelecimento da quinta do Almaraz (Cardoso, 1990; Barros [et al.], 1993), implantado em um esporão estreito e alongado, dominando a embocadura do estuário do Tejo e em estreita relação com a enseada de Cacilhas, a qual constituía, então como hoje, sítio de acostagem natural à navegação fluvial. O estudo do local mostra duas ocupações diferenciadas, tanto espacialmente como no tempo. Assim, enquanto que na parte mais alta do esporão, ocupando uma plataforma superior, se identificou um povoado indígena do Bronze Final, com cerâmicas feitas manualmente, correspondente na actualidade a estrato muito desmantelado pela erosão, em plataforma mais baixa, predominam as cerâmicas feitas ao torno rápido de origem ou imitação oriental. Tais factos de observação sugerem que a plataforma inferior foi ocupada por populações sidéricas quando a superior já se encontrava abandonada, porém, mesmo que esta ainda se encontrasse ocupada, chegaríamos a uma mesma conclusão, que consideramos mais provável: o carácter exógeno da ocupação mais recente, a qual, segundo os elementos de observação disponíveis, terá correspondido a um estabelecimento fenício (Cardoso, 1995). Ambas hipóteses foram, aliás, discutidas a propósito de situações idênticas, observadas em diversos locais do litoral mediterrâneo peninsular (Schubart; Niemeyer, 1976; Schubart, 1987). No caso presente, as condições geomorfológicas descritas, muito semelhantes às de outros estabelecimentos fenícios daquele litoral (Schubart, 1982), a extraordinária frequência de produtos cerâmicos importados - onde sobressai a cerâmica de verniz vermelho, característica da primeira fase da presença fenícia, dos séculos VIII-VII a.C, da qual se recolheram, em apenas uma fossa de acumulação de detritos, quase dois mil fragmentos, o maior número até ao presente estudado em Portugal - conjugada com a escassez de cerâmicas manuais indígenas, que, no contexto fechado referido, atingem apenas 3,6%, configura situação perfeitamente compatível com um estabelecimento fenício. A presença de formas específicas de cerâmicas de verniz vermelho, desconhecidas em outros contextos fenícios, faz crer que o Almaraz se comportou como um importante centro produtor ou, ao menos, distribuidor de tais fabricos de carácter regional (talvez mesmo ali produzidos), melhor adaptados ao gosto das populações locais. As referidas produções são consentâneas com a realidade de uma feitoria fenícia ali sediada, considerando que tais locais eram, além de centros de troca, também locais de produções mais ou menos industrializadas de artigos de grande procura pelas comunidades indígenas.

Duas datas de radiocarbono, para materiais de enchimento daquela fossa, indicam, depois de calibradas, e para intervalo de confiança de dois sigma, o século IX a.C. ou inícios do seguinte. Tais resultados estão em contradição com a tipologia dos materiais cerâmicos, que não ultrapassam a segunda metade do século VII a.C., aliás em estreita consonância com as cronologias de outras ocupações, como a do castelo de Alcácer do Sal (Silva et al., 1980/81) ou a da feitoria fenícia de Abul (Mayet; Silva, 1993, 1994). Acresce que se conhece apenas um único estabelecimento fenício do litoral peninsular da primeira metade do século VIII a.C.: trata-se do Morro de Mezquitilla, Málaga e um outro fundado ao redor de meados desse século, em Chorreras, um pouco a Este daquele (Schubart 1982, 1988); desta forma, a consideração de cronologias tão ou mais recuadas para a presença fenícia neste extremo ocidente, por vezes apenas baseadas em uma data de radiocarbono é de encarar com reservas, até que materiais arqueológicos concludentes sejam publicados.

No litoral oposto do grande estuário, encontra-se igualmente documentada a presença fenícia. Assim, no claustro da Sé, correspondente a pequena plataforma situada na parte inferior da colina do castelo, foram exumados diversos materiais cerâmicos, no início do século, por Vergílio Correia (Cardoso; Carreira, 1993), os quais indicam, em conjunto, a primeira metade do século VI a.C. Em recentes escavações ali efectuadas, teriam sido recolhidas cerâmicas dos séculos VII-VIII a.C. (Matos, 1994), de momento conhecidas de forma muito preliminar (Amaro, 1993).

Por outro lado, no subsolo da actual baixa lisboeta, também Vergílio Correia recolheu pequeno lote de materiais cerâmicos (Cardoso; Carreira, 1993) reportáveis igualmente à primeira metade do século VI a.C. Esta descoberta configura uma situação em que ao aglomerado urbano, situado na plataforma da Sé, correspondia a zona portuária, na zona ribeirinha situada a poente, na base da colina, e na confluência de antigo esteiro, hoje totalmente assoreado, com o estuário, afinal realidade muito próxima com a verificada em Cacilhas, onde, porém, a zona portuária não forneceu até ao presente materiais anteriores ao período romano.

A nítida implantação destes dois estabelecimentos, em plataformas dominantes, estrategicamente situadas de ambos os lados do estuário do Tejo, tinha evidentes objectivos comerciais: permitia o controlo da circulação fluvial de e para o interior do território, através desta importante estrada aquática. Ali seriam transaccionados os produtos agro-pecuários produzidos nas férteis campinas ribatejanas, como cereais, vinho, carne (fumada e de conserva) por objectos de carácter utilitário (ânforas, *pythoi*, cerâmicas finas, instrumentos agrícolas de ferro) ou sumptuário (objectos metálicos, adornos, vidros); mais para montante, outros locais seriam propícios à fixação de entrepostos ou locais intermédios de troca, embora de cunho mais marcadamente indígena, como o local da alcáçova de Santarém (Arruda, 1993), ou os Chões de Alompé, onde Diogo (1993) identificou ânforas do século VII a.C. Com efeito, as ânforas poderiam ter, simultaneamente, o papel de contentores e de unidades de troca, como nos estabelecimentos fenícios da costa andaluza (Pellicer, 1979/80, p. 329). Na fértil região do baixo Tejo, não será necessário recorrer à existência de matérias-primas de grande relevância no mundo antigo, susceptíveis de serem ali obtidas, como o ouro, atrás mencionado e tão insistentemente cantado pelos Romanos (Vasconcelos, 1905), ao que parece com justificada razão (Choffat, 1912/13), ou o sal, para se perceber o interesse dos Fenícios em se estabelecerem na região. Aubet-Semmler (1991, p. 622) admite que a riqueza agro-pecuária de certas zonas do litoral peninsular com as quais os Fenícios mantiveram contactos comerciais justificaria plenamente aquela presença, bem comprovada no caso presente.

Com efeito, a antiga urbe da margem norte do estuário ter-se-ia então afirmado como verdadeiro "lugar central", controlando as trocas não apenas de montante, mas também as efectuadas na região adjacente, onde, desde o Bronze Final, se desenvolvia uma bem sucedida economia agro-pastoril. Assim se explicam as numerosas unidades de raiz familiar, que continuaram a assegurar o aproveitamento agrícola dos solos, descendentes directas das suas antecessoras do Bronze Final. Tal situação configura uma organização económico-social destas comunidades sem grandes modificações desde então, exceptuando o papel económico preponderante baseado na actividade comercial, com efeitos em toda uma vasta região envolvente, assumido pela urbe do Tejo no alvor da Idade do Ferro. Por outras palavras, as inovações tecnológicas introduzidas pelos Fenícios, designadamente o fabrico

em série de recipientes, de grande variedade de tamanhos e formas, possibilitado pelo uso do torno rápido, e a adoção de utensílios de ferro, não teve consequências evidentes ao nível da situação económico-social delineada desde o Bronze Final. Não obstante, outras alterações significativas ao nível do registo material são evidentes: as casas de planta oval do Bronze Final dão lugar a habitações de planta circular, com embasamento de alvenaria argamassada e super-estrutura de adobe; os exemplos reconhecidos em Outurela I e Outurela II (Cardoso, 1987, 1990, 1994b, e c) têm paralelos na própria baixa lisboeta, embora estas últimas estruturas sejam mais recentes, já de época ibero-púnica (Amaro, 1995).

Com efeito, na região de Lisboa, às importações fenícias e respectivas imitações sucedem-se materiais de produção púnica, também eles mesclados com produções locais ou regionais. A época da maior parte das unidades agrícolas reconhecidas e suficientemente caracterizadas, do ponto de vista arqueológico, na região lisboeta, de que são exemplo as já mencionadas estações de Outurela I e de Outurela II, no concelho de Oeiras, Moinhos da Atalaia (no de Amadora), ou Santa Eufémia (em Sintra), para só citar ocorrências de diferentes concelhos, pode situar-se nesse preciso momento de transição. Trata-se de pequenas unidades habitacionais de carácter muito perecível ou seja, de "vida curta", talvez habitadas no decurso de uma ou duas gerações. As cerâmicas exumadas denunciam nítida filiação em modelos fenícios (Pinto; Parreira, 1978; Cardoso, 1990; Marques, 1982/83), estando presentes ânforas na tradição ou aff. da F. R. 1, associadas a outras da forma Mañá/Pascual A4 (seg. classificação de C. Tavares da Silva, que agradecemos); porém, um dos mais característicos produtos fenícios, os pratos de verniz vermelho, já não ocorrem, enquanto que certas cerâmicas finas, cinzentas a negras, com superfícies brilhantes pelo polimento, acusam marcado regionalismo das produções: sendo conhecidas em Conimbriga e em Santa Olaia, não foram registadas no vale do Sado, muito mais próximo (seg. informação de C. Tavares da Silva, que agradecemos). No conjunto, tais *habitats* correspondem a período do final do século VI a.C. e a todo o século seguinte.

Não foi apenas ao nível económico que a empresa fenícia se afirmou. Também no plano, mais abstracto, da crença e da religião, se adoptaram novas práticas e outros ritos. Disso é prova o jarro, *oinochoe*, e respectivo "brasero" (na verdade a respectiva bacia de libação) recolhido em uma sepultura de Torres Vedras (Trindade; Ferreira, 1965). Este achado, situável no apogeu do comércio fenício ocidental do século VII a.C., constitui um frisante exemplo da integração ideológica das "elites" locais, assegurando a afirmação fenícia por uma das três vias de interacção consideradas por Aubet-Semmler (1990). Os frutos dessas influências ideológicas por certo persistiram por gerações, mesclando-se ulteriormente com novas crenças e outros costumes litúrgicos, trazidos pelos Romanos: é o caso do culto das divindades aquáticas (Ribeiro, 1983) (talvez com origem no Bronze Final), do Sol e da Lua (Ribeiro, 1982/83), ou das divindades marinhas (Cardoso; Encarnação, 1992), talvez com origens ainda mais antigas.

Desconhecem-se as razões que levaram ao colapso das feitorias fenícias do Ocidente, entre as quais se devem inscrever as peninsulares. Por uma única ou, mais provavelmente, um conjunto de razões, o fim das importações fenícias coincide com a emergência da afirmação dos produtos de Cartago, ainda pior conhecidos que os anteriores, no que ao território português diz respeito. Tal limite corresponde à transição de uma 1ª Idade do Ferro que, na área em apreço, assume nítido pendor

mediterrâneo, para uma 2ª Idade do Ferro, igualmente de evidentes afinidades com aquela região, realidade que é extensível a todo o Sul de Portugal (Arruda [et al.], 1995).

Um dos mais importantes conjuntos foi exumado no decurso das importantes escavações conduzidas pelo Departamento de Arqueologia do IPPAR, tanto no claustro da Sé, como no subsolo da baixa lisboeta. Tal situação configura a continuidade funcional das duas áreas já ocupadas no decurso do período anterior: a plataforma da Sé, como área residencial, e a respectiva zona portuária, no esteiro adjacente. O seu pendor não apenas comercial, mas também industrial é flagrante: bastaria para tal considerar o forno de cerâmica ali exumado. Os materiais cerâmicos dos séculos V a III a.C. comprovam a evidência das relações mediterrâneas, avultando peças de origem púnica (Amaro, 1995), além de raras importações áticas, do final do século V a.C. ou do século seguinte, também presentes em Almaraz, cuja presença se explica pelo comércio púnico, possivelmente a partir do foco difusor de Gades. A importância de tal comércio em todo o baixo Tejo encontra-se, ainda, expressivamente sublinhado por numismas hispano-cartagineses do último quartel do século III a.C. (Faria, 1987; Kalb; Hock, 1981/82).

Poderá ainda considerar-se uma 3ª Idade do Ferro, correspondente ao período desde as primeiras influências itálicas até à plena romanização, correspondendo-lhe a Fase V da ocupação do castelo de Alcácer do Sal, onde foi definida (Silva [et al.], 1980/81). Na área em apreço verifica-se, uma vez mais, nítida continuidade na estratégia de ocupação do território, bem como no respeitante às características económico-comerciais vigentes, por via da manutenção dos fluxos mediterrâneos. Continuam a ser ocupados lugares sem condições de defesa, correspondendo a pequenas unidades familiares dedicadas à exploração agro-pastoril do território adjacente da actual cidade. Alguns destes núcleos darão origem, provavelmente em continuidade, como Casais Velhos e Freiria, ambos do concelho de Cascais, a importantes núcleos da época romana (Cardoso, 1991), que se prolongaram até à alta Idade Média.

Dos materiais exumados nos escassos povoados até agora identificados deste derradeiro momento da Idade do Ferro, avultam as produções anfóricas neopúnicas, por vezes associadas a fabricos itálicos. Reconheceram-se fragmentos de ânforas da forma Mañá C2 em Casal Cabanas (Maia, 1978) e em Oeiras (Cardoso, no prelo). Tais ânforas, de produção norte-africana, e destinadas ao transporte de preparados piscícolas, evidenciam ampla distribuição no Mediterrâneo Ocidental (Coelho-Soares, 1986) ilustrando, uma vez mais, a abertura às trocas comerciais protagonizada por estas populações, em plena e constante reafirmação de uma realidade remontando pelo menos ao Bronze Final.

A permanente absorção de estímulos tecnológicos e culturais oriundos do Mediterrâneo, espaço geográfico determinante para a formação económico-social do Bronze Final e de toda a Idade do Ferro da região de Lisboa constitui exemplo de rara continuidade protagonizado por populações, vivendo em área já então periférica face aos grandes estímulos civilizacionais que pontificaram de forma mais brilhante em outros trechos do litoral meridional da Península Ibérica.

O sucesso da afirmação de tais comunidades, conservando as suas raízes culturais, e a sua organização económico-social, por tão dilatado período de tempo, até à plena romanização, decorreu de um bem sucedido processo de aculturação e de inteligente optimização dos recursos naturais oferecidos pelo território: os estímulos exógenos foram acompanhados por um desenvolvimento

económico "sustentado" resultante da exploração agro-pecuária intensiva, a par dos benefícios das mais-valias decorrentes da posição geográfica de excepção.

Bibliografia

- AMARO, C. (1993) - Vestígios materiais orientalizantes do claustro de Sé de Lisboa. *Estudos Orientais*. Os fenícios no território português. Lisboa. 4. 183-192.
- AMARO, C. (1995) - *Núcleo arqueológico da rua dos Correiros*. Lisboa: Fundação Banco Comercial Português.
- ARMBRUSTER, B. (1995) - O colar de Sintra. In *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*. Lisboa: IPM. p. 103.
- ARRUDA, A. M. (1993) - A ocupação da Idade do Ferro da alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. *Estudos Orientais*. Os fenícios no território português. Lisboa. 4. 193-214.
- ARRUDA, A. M.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1995) - O que é a II Idade do Ferro no Sul de Portugal?. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35:1-2. 237-257. Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto, 1993.
- AUBET-SEMMLER, M. E. (1990) - El impacto fenicio en el interior del mediodía peninsular. In *La Cultura Tartésica y Extremadura*. p. 29-44. (Cuadernos Emeritenses, 2).
- AUBET-SEMMLER, M. E. (1991) - Notas sobre las colonias del Sur de España y su función en el marco territorial: el ejemplo del Cerro del Villar (Málaga). In *Atti del II Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*. Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche. vol. 2, p. 617-626.
- BARROS, L. de; CARDOSO, J. L.; SABROSA, A. (1993) - Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado do Almaraz - Almada. *Estudos Orientais*. Os fenícios no território português. Lisboa. 4. 143-181.
- CARDOSO, G. (1991) - *Carta arqueológica do concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal.
- CARDOSO, G.; ENCARNACÃO, J. d' (1992) - Sondagem no Espigão das Ruivas (Alcabideche, Cascais). *Al-Madani*. Almada. S. 2, 2. 150.
- CARDOSO, J. L. (1987) - No estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro. In *Arqueologia no vale do Tejo*. Lisboa: IPPC./DA.
- CARDOSO, J. L. (1990) - A presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. *Estudos Orientais*. Lisboa. 1. 119-134.
- CARDOSO, J. L. (1994a) - Comentário ao sítio arqueológico da Tapada da Ajuda. In *Lisboa Subterrânea* (1994). Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia. Milão: Electa. Catálogo. p. 192-193.
- CARDOSO, J. L. (1994b) - Comentário ao sítio arqueológico de Outurela (Oeiras). In *Lisboa Subterrânea* (1994). Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia. Milão: Electa. Catálogo. p. 206.
- CARDOSO, J. L. (1994c) - Investigação arqueológica na área de Lisboa. Os últimos dez anos. *Al-Madani*. Almada. S. 2, 3. 59-74.
- CARDOSO, J. L. (1995a) - O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda. In *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder*. Lisboa: IPM. p. 48.
- CARDOSO, J. L. (1995b) - Os povoados do Bronze Final a Norte do estuário do Tejo. In *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder*. Lisboa: IPM.
- CARDOSO, J. L. (1996) - A 3ª Idade do Ferro no concelho de Oeiras: um contributo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6.
- CARDOSO, J. L. (no prelo) - O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*. 34.
- CARDOSO, J. L. (em preparação) - *A ocupação do Bronze Final do Castelo dos Mouros (Sintra)*.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. (em preparação) - *O povoado da Idade do Bronze do Cabeço do Mouro (Abóboda, Cascais)*.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R. (1993) - Le Bronze Final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de l'estuaire du Tage. *Méditerranée*. 2. p. 193-206.
- CARDOSO, J. L. [et al.] (1980-81) - Descoberta de jazida da Idade do Bronze na Tapada da Ajuda. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6/7, 117-138.
- CARDOSO, J. L. [et al.] (1986) - A jazida do Bronze Final da Tapada da Ajuda. Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. S. 2. 15. 13-18.
- CHOFFAT, P. (1912-13) - Sur les sables aurifères, marins, d'Adiça et sur d'autres dépôts aurifères de la côte occidentale de la péninsule de Setúbal. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 9. 5-26.
- DIOGO, A. M. D. (1993) - Ânforas pré-romanas dos Chões de Alpompe (Santarém). *Estudos Orientais*. Os fenícios no território português. Lisboa. 4. 215-227.
- FABIÃO, C. (1993) - O passado proto-histórico e romano. In MATOSO, J., dir. - *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa. vol. 1. p. 77-229.
- FARIA, A. M. de (1987) - Guerras e conflitos no vale do Tejo na antiguidade: o testemunho dos tesouros monetários. In *Arqueologia no vale do Tejo*. Lisboa: IPPC. DA. p. 60-61.
- FONTES, J. (1916) - Sur un moule pour faucilles de bronze provenant du Casal de Rocanes. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 21. 337-347.
- GOMES, M. V. (1992) - A Idade do Bronze Final. In SILVA, A. C. F. da; GOMES, M. V. (1992) - *Proto-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta. p. 103-125.

- GOMES, M. V. (1995) - A sepultura da Roça do Casal do Meio. In *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder*. Lisboa: IPM. p. 94.
- KALB P. (1980) - O "Bronze Atlântico" em Portugal. In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães: Sociedade de Martins Sarmiento. vol. 1, p. 112-138.
- KALB, P.; HOCK, M. (1981-82) - Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979. *Portugalia*. Porto. N. S., 2/3. 61-69.
- MAIA, M. (1978) - Ânforas neopúnicas do Sul de Portugal. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, 1977. 1, p. 199-207.
- MAIA, M^a; MAIA, M. (1986) - *Arqueologia da área mineira de Neves-Corvo. Trabalhos realizados no triénio 1982-84*. Lisboa. Somincor.
- MARQUES, G. (1982-83) - Aspectos da Proto-história do território português. II - Povoado de Santa Eufémia (Sintra). *Sintria*. Sintra. 1-2. 59-88.
- MARQUES, G.; ANDRADE, G. M. (1974) - Aspectos da Proto-história do território português. Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, 1973. vol. 1, p. 125-148.
- MATOS, J. L. de (1994) - As escavações no interior dos claustros da Sé e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa. In MOITA, I., coord. - *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte. p. 32-34.
- PELLICER, M. (1979-80) - Ensayo de periodización y cronología tartésica y turdetana. *Habis*. Sevilla. 10-11. 307-333.
- PEREIRA, G. (1894) - O collar da Penha Verde. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*. Lisboa. S. 3. 7:1. 77-78.
- PINTO, C. V.; PARREIRA, R. (1978) - Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a Norte do estuário do Tejo. *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, 1977. vol. 1, p. 147-163.
- RIBEIRO, J. C. (1982-83) - Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de L. Iulivs Maelo Cavdicvs. *Sintria*. Sintra. 1-2. 151-476.
- RIBEIRO, J. C. (1983) - Contributos para o conhecimento de cultos e devoções de cariz aquático relativos ao território do Município Olissiponense. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. 89: 1. 331-369.
- SCHUBART, H. (1982) - Asentamientos fenicios en la costa meridional de la Peninsula Iberica. *Huelva Arqueologica*. Huelva. 6. 71-99.
- SCHUBART, H. (1987) - Hallazgos fenicios y del Bronce Final en la desembocadura del rio Guadiaro (Cadiz). *Anuario Arqueologico de Andaluzia*. 1986. 200-227.
- SCHUBART, H. (1988) - Los primeros asentamientos fenicios en las costas de la Peninsula Iberica. *Homenaje a Enrique Pla y Ballester*. Valencia: Diputació de Valencia. p. 31-43.
- SCHUBART, H.; NIEMEYER, H. G. (1976) - Trayamar. Los hipogeos fenicios y el asentamiento en la desembocadura del rio Algarrobo. Madrid. (Excavaciones Arqueologicas en España, 90).
- SENNA-MARTINEZ, J. C. de (1989) - *Pré-história recente da bacia do médio e alto Mondego: algumas contribuições para um modelo sociocultural*. Lisboa: Faculdade de Letras. Tese de doutoramento em Pré-história e Arqueologia. 3 vols. policopiados.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. de (1994) - Entre Atlântico e Mediterrâneo: algumas reflexões sobre o Grupo Baiões/Santa Luzia e o desenvolvimento do Bronze Final peninsular. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2. 215-232.
- SILVA, C. T. da [et al.] (1980-81) - Escavações arqueológicas no castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6/7. 141-218.
- SOARES, A. C. (1986) - Achados arqueológicos na vila de Odemira. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*. Évora. 1. 87-92.
- SPINDLER, K [et al.] (1973-74) - Le monument à coupole de l'âge du Bronze Final de la Roça de Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 57. 91-153.
- TRINDADE, L; FERREIRA, O. da V. (1965) - Acerca do vaso "piriforme" tartésico de bronze do Museu de Torres Vedras. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. 63/64. 175-183.
- VASCONCELOS, J. L. de (1905) - *Religiões da Lusitania*. Lisboa: Imprensa Nacional. vol. 2.
- VICENTE, E. P.; ANDRADE, G. M. (1971) - A estação arqueológica do Cabeço de Moinhos. Breve notícia. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra, 1970. vol. 2, p. 223-238.
- WAGNER, C. G. (1995) - Fenicios y autóctonos en Tartessos. Consideraciones sobre las relaciones coloniales y la dinámica de cambio en el suroeste de la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 52: 1. 109-126.